

FHC anuncia até amanhã plano de ajuste fiscal

Presidente fará pronunciamento à Nação para explicar medidas do pacote

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que fará um pronunciamento à Nação sobre as medidas de ajuste fiscal a serem anunciadas hoje ou amanhã e, em seguida, apresentará o programa aos líderes dos partidos aliados.

A informação foi dada pelo próprio presidente, após a cerimônia de assinatura do acordo de paz entre o Peru e o Equador, no Palácio do Itamaraty.

O programa de ajuste fiscal para o triênio 1999/2001 será concluído hoje na reunião da Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF), segundo informou ontem a Assessoria de Imprensa do Ministério da Fazenda.

De acordo com a mesma fonte, é provável que o programa seja anunciado oficialmente à imprensa amanhã, pelo ministro Pedro Malan, logo após o presidente Fernando Henrique Cardoso levar as medidas ao conhecimento dos líderes do governo no Congresso.

O cronograma de divulgação oficial do programa de ajuste fiscal, com data e horário, será conhecido hoje. O ministro Malan vai ao Senado na quinta-feira para explicar aos congressistas as medidas e as metas de equilíbrio do setor público.

A data de anúncio do programa também foi confirmada ontem pelo ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho. Segundo ele, somente hoje à noite o presidente decidirá os pontos pendentes.

“Todas as medidas divulgadas até agora pela imprensa são sugestões e possibilidades ainda sob análise”, disse Carvalho. Ontem, os ministros Pedro Malan e Paulo Paim, do Planejamento, reservaram suas agendas para “despachos internos”, ou seja, reuniões com seus secretários diretamente envolvidos na elaboração do programa de ajuste fiscal.

As equipes dos secretários-executivos dos dois ministérios, Pedro Parente, da Fazenda, e Martus Tavares, do Planejamento, passaram o domingo trabalhando para dar os últimos retoques nas medidas.

Outro gabinete bastante movimentado foi o do secretário de Po-

AS MEDIDAS DO AJUSTE

O que está em estudo pela equipe econômica

PARA AUMENTAR RECEITAS

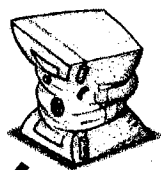
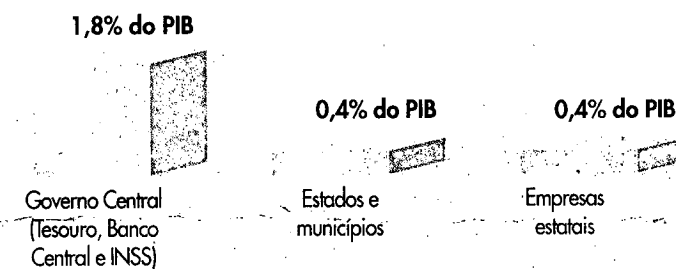
- Cobrança de contribuição previdenciária dos funcionários públicos inativos, provavelmente com alíquota de 15%
- Aumento da contribuição previdenciária dos funcionários públicos na ativa, de 11% para 15%
- Elevação da alíquota da CPMF de 0,2% para 0,35%
- Elevação do IOF de 2% para 10%
- Prorrogação da alíquota extraordinária de 27,5% do IRPF, para rendas acima de R\$ 1.800,00 mensais
- Aumento do IR sobre ganhos de capital obtidos com venda de imóveis
- Obrigar as empresas a declarar o IR pelo lucro presumido e não mais pelo lucro real, fechando brechas à sonegação
- Cobrança do “imposto verde”, sobre gasolina e álcool
- Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas
- Cobrança de Cofins das instituições financeiras
- Redução de incentivos fiscais e subsídios

PARA CORTAR DESPESAS

- Corte de despesas de custeio e investimento previstos para 99, em R\$ 8,7 bilhões, podendo chegar a R\$ 10 bilhões
- Aumento da alíquota do FEF, de 20% para 30% ou 40%
- Conclusão da votação da reforma previdenciária
- Aprovação das leis que permitirão aplicar os limites da Lei Camata sobre gastos de pessoal dos Estados e municípios

A PARTIR DE CADA UM

De onde virão os cortes para se atingir a meta em 2,6% do PIB



**ÚLTIMOS
DETALHES SERÃO
ANALISADOS
HOJE**

lítica Econômica da Fazenda, Amaury Bier.

O programa de ajuste fiscal estabelece metas de economia para o setor público brasileiro – 2,6% do Produto Interno Bruto em 1999, 2,8% em 2000 e 3% em 2001.

Essas metas foram negociadas com o Fundo Monetário Internacio-

nal (FMI), que em troca do equilíbrio das finanças públicas do Brasil está disposto a abrir uma linha de crédito de cerca de US\$ 30 bilhões ao País.

Para acertar o desequilíbrio das

contas da União, dos Estados, dos municípios e das empresas estatais, o governo anunciará medidas de corte de despesas orçamentárias, mesmo na área social. Também está previsto o aumento de tributos, entre eles a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Se for confirmada a divulgação amanhã, a data coincidirá com o Dia do Servidor Público. Entre as medidas para aumentar as receitas do governo federal estuda-se o aumento da contribuição previdenciária dos funcionários públicos na ativa, de 11% para cerca de 15%. Os inativos, atualmente isentos, também passariam a contribuir, provavelmente com os mesmos 15% dos ativos.

■ Mais informações nas páginas 3 e 4